

N.º: Gp26-XI

Proc.º: 30.06.01

37.03

Data: 18.11.2016

Assunto: Programa do XII Governo Regional – intervenção final

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e membros do Governo,**

O Programa do XII Governo Regional, nas palavras do próprio Presidente Vasco Cordeiro, *“pretende responder aos vários desafios na área da economia e da empregabilidade dos Açorianos”*, mas também *“ao nível das políticas sociais, com uma forte atenção ao combate a fenómenos de pobreza e de exclusão social”*.

Dedica também uma atenção especial ao setor da Educação, onde se preconizam *“medidas para prosseguir com o trabalho desenvolvido ao nível do sucesso escolar”*.

Na Agricultura e nas Pescas, o Governo Regional diz que *“as políticas previstas pretendem reforçar a competitividade destas fileiras na economia regional, contribuindo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego e de riqueza na Região”*.

Estamos em 2016; estas são as prioridades do XII Governo Regional.

Recuemos no tempo, até ao ano 2000. Segundo Governo socialista, primeira maioria absoluta.

O Governo Regional tinha como preocupações essenciais a definição de políticas que combatessem *“a instabilidade em torno da atividade do setor primário”*, apostava na *“qualificação e especialização dos recursos humanos”* e queria dar respostas às *“muitas famílias que*

ainda vivem em dificuldades, não têm acesso a bens de consumo, a níveis de escolaridade, a cuidados de saúde ou à habitação condigna”.

Citei as prioridades governativas de há 16 anos atrás; citei o então Presidente do Governo na apresentação do Programa do VIII Governo Regional.

Mas façamos ainda mais um exercício de recordação. Viajemos no tempo, até novembro de 1992, altura que o Dr. Mota Amaral apresentou, nesta Assembleia, o Programa do V Governo Regional (último governo do PSD).

Numa conjuntura económica, social e cultural completamente diferente, as prioridades da governação regional, há 24 anos atrás, eram: *“modernizar a economia, dinamizar o investimento, promover a criação*

de riqueza e de novos postos de trabalho”; “vencer as dificuldades da agricultura (...), impulsionar as pescas”; “continuar a fazer crescer o turismo” e “na educação é preciso realizar novos progressos, bem como na saúde e na segurança social”.

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Percorri três gerações da governação regional.

Viajamos em 24 dos 40 anos de Autonomia política e administrativa.

O que se conclui?

Hoje, as prioridades das governações regionais são basicamente as mesmas de há 24 anos atrás, quando a Região começou a receber fundos estruturais da União Europeia.

São inegáveis os progressos nas infraestruturas; no entanto, são “poucachinhos” os resultados das políticas sociais e económicas.

Hoje, como há 24 anos atrás, estamos perante um Governo que tem emergência em resolver as dramáticas situações e pobreza e exclusão social;

Hoje, como há 24 anos atrás, estamos perante um Governo que tem o setor primário produtivo (a agricultura e pescas) a viver crises profundas;

Hoje, como há 24 anos atrás, estamos perante um Governo que tem urgência em combater os maus resultados das políticas educativas, as más respostas de um serviço regional de saúde, ou a criar elaborados

expedientes para disfarçar taxas de desemprego graves e com consequências sociais gravosas...

Ao fim de 40 anos de Autonomia política e administrativa e ultrapassada a fasquia dos 20 anos de governação socialista, estarmos a debater um Programa de Governo cujas principais prioridades são praticamente as mesmas de há um quarto de século, só pode significar que os Açores capitularam, por culpa própria.

O CDS tem a sua consciência tranquila. Nunca fomos chamados a governar nos Açores, mas nunca deixamos de apresentar propostas que visaram a melhoria das condições de vida dos Açorianos.

Temos um património político de que nos orgulhamos em setores tão fundamentais como saúde, transportes, agricultura, política fiscal...

E se outras boas propostas nossas não vigoram hoje no panorama legal regional, tal fica a dever-se às sucessivas maiorias absolutas que nos têm governado, as quais não nos cansaremos de tentar combater.

Se há progressos? Sim, claro!

Mas não são os que se coadunam com a realidade global dos tempos que vivemos...

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

O nosso compromisso eleitoral assentou em eixos estratégicos substancialmente divergentes daqueles com que o PS se propõe governar.

Assentamos na perspetiva de criação e apoio de um projeto de vida para cada Açoriano: dos incentivos à

natalidade, às políticas de combate à desertificação das nossas ilhas, passando pela melhoria significativa dos sistemas públicos regionais de educação e saúde, na valorização de um envelhecimento ativo e tendo uma preocupação muito acentuada pelo potencial geoestratégico da nossa Região, hipotecado por este Governo, como se prova, aliás, pela gestão do processo de manutenção ao serviço dos Açores do único radar meteorológico instalado na Região, o que coloca em risco a proteção e segurança de pessoas e bens, já que ficaremos, seguramente, mais de um ano sem esse instrumento fundamental de previsão de fenómenos meteorológicos adversos.

Ao invés, o que o Governo Regional aqui nos trouxe foi o seu programa, onde se reconhecem erros e se registam necessidades de correções de políticas aplicadas pelos próprios socialistas.

Este já não é um Governo de Vias ou Agendas Açorianas, mas é sequencial na evolução da continuidade.

O que este Programa do Governo aparentemente traz de novo não é inovador (aliás, a única grande novidade foi o anúncio que, curiosamente, não está inscrito nas mais de 200 páginas do documento, de um substancial aumento de impostos)...

Curioso, porque não foi prometido em campanha pelo PS, não consta do programa eleitoral do PS, não está no programa do Governo do PS, mas foi anunciado pelo Presidente do Governo do PS!

Assim, este Programa de Governo contribuirá apenas para um anémico impulso no desenvolvimento

económico e social que os Açores e os Açorianos tanto anseiam.

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Em conclusão, permitam socorrer-me de uma citação – não de um conhecido poeta, mas de um conceituado político nacional:

“Eleitoralmente renascido, este Governo é, porém, politicamente sobrevivente. Ou seja, aparentemente e a julgar pelo seu Programa é outro governo igual para governar da mesma maneira” ...

(Carlos César, 1992).

O Presidente do Grupo Parlamentar,



Artur Lima